



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: ANTONIO DONATO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 22/03/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Falhas na transmissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente e com a presença deste Vereador e a dos Vereadores André Santos e Ely Teruel, membros da Comissão de Política Urbana, e a do Vereador Eduardo Suplicy, declaro abertos os trabalhos da terceira audiência pública da Comissão de 2021.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no *link* Auditório Online/Auditório Virtual.

Esta audiência vem sendo publicada diariamente no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde o dia 12 de março de 2021.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal.

Esta audiência pública tem como objetivo tratar acerca da regularização do abastecimento das ocupações na cidade de São Paulo e foi solicitada por meio do Requerimento nº 08/2021, de autoria deste Vereador, Antonio Donato, e aprovado na reunião ordinária em 3 de março de 2021 pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Foram convidados para esta audiência: Sr. Orlando Lindório de Faria, Secretário Municipal de Habitação, representado pelos Srs. João Carlos de Oliveira, Manuela Odalea Borges Camilo e Andréia Oliveira Lacerda Aguiar; Sr. Benedito Braga, Diretor-Presidente da Sabesp, representado pelo Sr. Marcello Xavier Veiga, Superintendente de Planejamento e Desenvolvimento da Região Metropolitana; Sr. Max Xavier Lins, Presidente da Enel São Paulo, representado pelo Sr. Marcos Augusto Mesquita Coelho, Diretor de Relações Institucionais; Dr. Allan Ramalho, Defensor Público; Sr. Benedito Barbosa, do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos; Sra. Vivian Marconi, do Arsenal da Esperança; Sra. Carmen Silva, líder do Movimento Sem-Teto do Centro – MSTC; Sra. Ivanete Araújo, do Movimento por Moradia na Luta por Justiça – MMLJ; Sra. Jomarina Pires, do Movimento Moradia Centro e Região – MMCR; Sr. Avanilson Araújo, do Movimento Luta Popular; Sra. Preta Ferreira, do MSTC; Sra.

Alexa Gomes, representante da Ocupação Rua do Ouvidor; Vereadores da Câmara Municipal e público em geral.

Antes de iniciarmos, eu gostaria de combinar a dinâmica desta audiência pública. Nós teremos, como de praxe, duas horas de audiência no máximo. Primeiramente eu passarei a palavra para o Vereador Eduardo Suplicy, porque, ainda que o requerimento tenha sido proposto por mim e aprovado na Comissão de Política Urbana, ele foi solicitado por S.Exa. para que esta Comissão realizasse esta audiência. Depois, passarei a palavra aos convidados e, em seguida, aos inscitos. Os convidados falarão por, no máximo, dez minutos e os inscitos falarão por até três minutos. Aos Srs. Vereadores que quiserem fazer uso da palavra, esta presidência irá intercalar suas falas entre à dos convidados.

Vereador Suplicy, V.Exa. tem a palavra para explicar os objetivos da audiência e o porquê da solicitação.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Caro Vereador Antonio Donato, Presidente desta audiência, primeiramente eu cumprimento V.Exa. e todos os demais participante da última audiência pública sobre o tema da violência nas áreas de ocupação durante este período em que, por vezes, as Forças de Segurança acabaram agindo com muito desrespeito em relação aos moradores dessas ocupações.

Cumprimento também os representantes da Enel São Paulo, da Sabesp, da Secretaria Municipal de Habitação, da Defensoria Pública, todos os movimentos de moradia, e o Vereador Paulo Frange, que ainda não se encontra presente.

Esta é a segunda audiência pública sobre os desafios enfrentados pelas ocupações na cidade de São Paulo e, nesta oportunidade, trata do abastecimento de água e energia das ocupações, condição mínima para que milhares de famílias possam viver com dignidade, sobretudo no contexto desta pandemia.

Conforme as lideranças aqui presentes, há uma dificuldade persistente das concessionárias de energia, sobretudo da Enel, pela regularização do abastecimento nas ocupações. Cabe destacar que, segundo recomendação da Agência Nacional de Energia

Elétrica – ANEEL, artigo 52 da Resolução Normativa 414/2010, “§ 2º Para o atendimento de unidades consumidoras localizadas em assentamentos irregulares ocupados predominantemente por população de baixa renda, devem ser observadas as condições a seguir: I – deve ser realizado como forma de reduzir o risco de danos e acidentes a pessoas, bens ou instalações do sistema elétrico e de combater o uso irregular da energia elétrica; II – a distribuidora executará as obras às suas expensas, ressalvado o disposto no § 8º do art. 47, devendo, preferencialmente, disponibilizar aos consumidores opções de padrões de entrada de energia de baixo custo e de fácil instalação; III - a distribuidora pode adotar soluções técnicas ou comerciais alternativas, mediante apresentação das devidas justificativas para avaliação e autorização prévia da ANEEL; e IV – existência de solicitação ou anuência expressa do poder público competente”.

Considerando a Resolução da ANEEL e o alto custo da contratação de profissionais de Engenharia e Arquitetura para a elaboração de projetos elétricos e hidráulicos, peço que, nesta oportunidade, possamos constituir uma comissão de acompanhamento da Secretaria de Habitação e das concessionárias de serviços públicos para estudar a implementação de um protocolo, considerando a possibilidade de adotar a tarifa social e formas de viabilização efetivas de instalação dos serviços, visando ao atendimento de necessidades dos ocupantes e também a garantia de segurança dessas famílias de trabalhadores e trabalhadoras que fazem a luta pela moradia digna, um direito constitucional e um dever do Poder Público.

É importante também reconhecer que estabelecer um protocolo nesse sentido é nossa responsabilidade para que não ocorram mais episódios como a tragédia do Edifício Wilton Paes de Almeida, que desabou após incêndio causado por curto-circuito na tomada de uma das unidades habitacionais, causando a morte de sete pessoas. Além disso, é uma preocupação constante que a questão seja superada para que, nas ocupações, as famílias não sejam impelidas a buscar formas irregulares de abastecimento, o que pode resultar na equivocada criminalização de lideranças e movimentos que buscam garantir condições mínimas de dignidade.

Logo, apelo pelo bom entendimento entre as partes nesta audiência a partir da qual possamos ter encaminhamentos concretos no atendimento dessa legítima reivindicação dos movimentos de moradia.

Muito obrigado. Meus cumprimentos, Vereador Antonio Donato, por ter tomado a iniciativa de chamar esta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vereador Suplicy. A iniciativa foi de V.Exa. Só viabilizamos na Comissão.

Gostaria de registrar a presença do Vereador Sansão Pereira acompanhando a audiência e também da Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

Passo a palavra ao representante da Secretaria Municipal de Habitação. Queria saber quem está presente pela Secretaria Municipal de Habitação e pode falar sobre o tema para todos.

A SRA. ANDRÉIA OLIVEIRA LACERDA AGUIAR – Boa tarde. Sou Andréia, assistente social, trabalho na Secretaria de Habitação. Sou funcionária efetiva e, atualmente, estou respondendo pela coordenação do trabalho social aqui da Secretaria de Habitação. Junto comigo aqui também está a assistente social Cássia, também funcionária efetiva em Sehab e que tem acompanhado esse trabalho da Habitação nesses empreendimentos da região central. Também está representando a Secretaria de Habitação o Sr. João Carlos e a Manuela.

Vou pedir para eles se apresentarem e depois a gente faz um comentário com relação à pauta.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Sra. Andréia Oliveira Lacerda Aguiar. Sempre é bom sabermos seu nome completo.

A SRA. ANDRÉIA OLIVEIRA LACERDA AGUIAR – Sou eu mesma.

A SRA MANUELA ODALEA BORGES CAMILO – Boa tarde, Vereador Suplicy. Tudo bem? Sou Manuela, sou assessora jurídica do gabinete da Secretaria.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Pode falar o nome completo.

A SRA MANUELA ODALEA BORGES CAMILO – Manuela Borges Camilo. Boa

tarde a todos.

O SR. JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA – Boa tarde. Sou o João Carlos de Oliveira, assessor de gabinete. Estou ouvindo as reivindicações legítimas e que a Secretaria está sempre atenta em ajudar naquilo que for dentro da legalidade e dentro do possível.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Quem vai falar pela Secretaria por 5 minutos abordando o tema?

A SRA. ANDRÉIA OLIVEIRA LACERDA AGUIAR – Posso iniciar?

Inicialmente, tinha chegado a nós a solicitação com relação ao prédio na Avenida Prestes Maia, 911, mas pelo que eu entendi a abordagem aqui é com relação a todos os prédios do Centro que atualmente estão ocupados.

Como tinha chegado para gente esse levantamento do Prestes Maia, então, a gente buscou informações com relação a esse empreendimento. Tivemos uma conversa, hoje, pela manhã, e identificamos a necessidade de ter, sim, a regularização tanto da energia elétrica quanto da água para essas pessoas que hoje estão nesse empreendimento.

Só depois queríamos ouvir da Enel se tem condições deles regularizarem essa energia elétrica, porque a nossa preocupação também com relação ao risco, a condição que se encontra hoje essa situação elétrica.

Com relação aos demais empreendimentos, vamos precisar fazer um levantamento para saber a situação de cada um. Já existe hoje na Secretaria de Habitação um grupo que vem discutindo e vem realizando esse levantamento que está sendo coordenado pelo Departamento de Planejamento de Sehab.

Portanto, não temos um posicionamento com relação aos demais empreendimentos neste momento. O que a gente se apropriou e para dar uma devolutiva a vocês foi o que chegou para nós sobre esse da Av. Prestes Maia, 911.

Não sei se o Sr. João Carlos ou a Manuela querem complementar.

A SRA MANUELA ODALEA BORGES CAMILO – Quanto ao prédio na Prestes Maia, ele já está em vários estudos desde que foi constituído o GTI do Centro, que foi em maio

de 2018, logo após a o incêndio lá e o que foi o prédio que caiu na Wilton Paes de Almeida. Esse GT foi constituído e o da Prestes Maia está incluído nesse estudo. São 51 prédios que foram incluídos nesse GTI.

Ele é uma ocupação mais antiga do que a maioria das outras ocupações aqui do Centro e a gente nunca, no GTI, a não ser neste momento, a gente teve qualquer pedido ou reclamação de que lá não tinha energia, de que lá não tinha água. Esse é uma história que discutimos. No GTI fazemos reuniões periódicas, uma vez por mês, e isso nunca foi trazido. A gente sabia que lá havia alguns problemas, mas não especificamente sobre energia elétrica e água.

Fomos informados por alguns moradores de que o problema lá é que eles puxam gato das construções ao lado, por isso que eles estão sendo periodicamente visitados pelo Condec e por outros órgãos por causa desses problemas.

Sabemos que o prédio já não é totalmente seguro, tem algumas possibilidades de incêndio e de problemas mesmo estruturais. A gente sabe que ele não é 100% seguro como moradia.

Então, precisamos verificar com a Enel se é possível a ligação da energia lá, se vai ser possível, porque para que eles façam a ligação é preciso cumprir alguns requisitos. Não é assim “ah, não tem energia aqui, nós vamos lá e vamos colocar.” Isso não existe. Eles têm alguns requisitos de espaçamento, de possibilidade de colocar, entre um espaço e outro tem de ter um número limite. Então, tem todo um estudo que não é a Secretaria da Habitação não sabe como que isso é feito, até mesmo porque isso foi até modificado há pouco tempo, essas instalações foram modificadas. Parece que alguns requisitos foram modificados para que a Enel instale a energia em alguns locais.

Então, precisaríamos realmente de uma vistoria no prédio da Enel, juntamente com o GTI, que entendo ser necessário, porque esse grupo vê como está o prédio; se está habitável, se alguma parte está segura; se eles têm saída de incêndio. Então, eles cuidam de tudo isso. Então, eu acho importante que eles estejam juntos nessa visita, para que eles

possam, em consenso, verificar a possibilidade ou não de colocar energia, de forma legal, nesse prédio.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – É isso pela Secretaria de Habitação?

O SR. JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA – Por ora, sim. Vamos, ao longo da audiência, se houver mais alguma coisa que caiba, estaremos aqui para responder.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Pois não. Obrigado, então.

Registro a presença do Deputado Estadual Paulo Fiorilo, que também acompanha esta audiência.

Passo a palavra ao representante da Sabesp, que é o Sr. Marcello.

O SR. MARCELLO XAVIER VEIGA – Boa tarde, Vereador Donato, Vereador Suplicy. Cumprimento os demais também.

Com relação à Sabesp - e, aí, é o tema colocado -, estamos atuando em programas de atendimento às áreas de baixa renda, às áreas irregulares. E, de modo geral, - e, aí, eu entro na questão do Centro, um pouco, como estamos tratando -, temos um programa chamado Água Legal que atende..., estamos trabalhando na regularização dessas áreas de baixa renda, buscando levar saneamento de qualidade, com água boa e atendendo a população de modo geral, não só do Município de São Paulo, mas também de toda a Sabesp. Esse programa é muito forte na região metropolitana. Ele começou em 2016 e já regularizamos, no Município de São Paulo, em torno de 100 mil ligações, beneficiando 400, 500 mil pessoas.

Com relação à questão do Centro, eu também desconheço qualquer tipo de problema. O que estamos fazendo, e eu estou falando de modo geral, nessa região Central..., normalmente temos bastante aproximação com a Prefeitura e subprefeituras e, normalmente, quando acontece algum ponto, alguma dúvida, nós fazemos consulta às subprefeituras. Mas, normalmente, é de praxe podermos atender essas áreas. Normalmente, também, é necessário que haja um responsável, obviamente que tenha uma conta – normalmente, uma conta em tarifa social -, mas que atenda essas localidades. E, aí, procuramos também abastecer e ter

uma ligação correta. Normalmente, quando acontece uma ligação irregular, isso também pode acarretar problema com essas conexões, ocasionando um vazamento maior ainda. E a preocupação nossa é mantermos o abastecimento não só nesse local, mas também no entorno, evitando vazamentos na região.

Então, o que estamos fazendo é oferecer uma tarifa social nesses locais e acompanhar a gestão, junto ao nosso comunitário, junto a esses locais para podermos atender e abastecer essa população, principalmente neste momento, agora, tão difícil que estamos passando.

De modo geral, é isso que estamos praticando, mas ficamos à disposição de vocês e qualquer pergunta... nos colocamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Sr. Marcello.

Antes de passar a palavra ao representante da Enel, eu queria passar a palavra ao Vereador André Santos, já que ele escreveu aqui que teria uma pergunta ao representante da Enel. Então, acho adequado que o senhor fale agora e aproveite já, podendo se manifestar sobre o tema que o senhor colocará.

Tem a palavra o Vereador André Santos.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Obrigado, Presidente Antonio Donato.

Boa tarde a todos, ao Vereador Eduardo Suplicy; ao Vereador Sansão Pereira; à Vereadora Ely Teruel; ao nosso amigo Deputado Paulo Fiorilo, um grande abraço, e a todos, é claro, Vereadores que, porventura, não citei o nome, mas daqui a pouco citarei, porque estou sem os nomes aqui.

Eu gostaria de saber exatamente o seguinte: o que a Enel tem oferecido e pode oferecer à população de baixa renda, às pessoas que têm vivido em situação de muita dificuldade, principalmente às comunidades de baixa renda. Era isso o que eu queria perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vereador André Santos.

Então, passo a palavra ao representante da Enel, Sr. Marcos Augusto Mesquita Coelho, Diretor de Relações Institucionais da Enel.

O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO – Boa tarde, Vereador Donato; demais Vereadores e Deputado Paulo Fiorilo, com quem temos também conversado assuntos bastante importantes como este; Vereador André, colegas e demais representantes da Prefeitura, é muito importante nós entendermos uma coisa. Nessa área de atendimento às pessoas de baixa renda, nós temos uma estratégia, que é uma política da companhia, que é transformar consumidores em clientes. Este é o nosso objetivo. Apenas que ele está subordinado a uma questão importantíssima que é a segurança das instalações e do fornecimento da Enel.

Precisamos diferenciar a questão, por exemplo, dessas comunidades do Centro da Cidade, ou seja, condomínios verticais, daquelas dos condomínios horizontais. De fato, na questão dos condomínios horizontais, há toda uma orientação de normas, que obrigam, por exemplo, o distanciamento e, principalmente, frentes das unidades individuais; a questão da largura das ruas e *etc.* No caso dos condomínios, nós temos duas frentes: a ligação do serviço de eletricidade, que é comum a todo o condomínio e também as ligações das unidades residenciais. Neste ponto, o que é pré-requisito para nós? É a questão urbanística. Essas unidades e aquele edifício cumprem as normas impostas ou as posturas exigidas pela Prefeitura? Sim, *ok.* Só temos mais um passo, nós precisamos que tanto o condomínio quanto as unidades individuais tenham um responsável, porque é importantíssimo entender: a condição das instalações do prédio para dentro é responsabilidade do proprietário ou do ocupante. Então, essas condições precisam estar vencidas para que a Enel possa fazer a ligação.

Vereador André, é importante: qualquer distribuidora de energia, no Brasil, não faz política pública. Ela aplica políticas públicas determinadas pelo Poder Público Federal e por algumas normas estaduais e municipais que não conflitem com as normas federais.

Temos um interesse empresarial, por exemplo, de fazer uma procura dinâmica por

clientes que tenham as condições de estarem, por exemplo, cadastrados na tarifa social. Até pouco tempo atrás essa era uma atividade passiva da Companhia. Ela instruía e aguardava as pessoas se inscreverem. Ultimamente, em relação, inclusive, a crise que estamos vivendo, implantamos alguns processos internos em que fazemos essa busca ativa. Contratamos empresas, inclusive, especializadas em cruzar, por exemplo, o banco de dados federal com os bancos de dados estaduais e municipais, de maneira a oferecer isso a todas as famílias que tenham o enquadramento. O enquadramento todos conhecem, é estar no CRAS, comprovar o nível baixo de renda e etc.

Então, a Enel tem feito esse trabalho. Temos uma meta anual da ordem de 70 mil famílias a serem regularizadas e essas metas vêm sendo cumpridas. Temos todo o interesse, mas o nosso interesse está subordinado a estas condições. Então, havendo, por exemplo, a autorização de Sehab falando sobre a regularidade da unidade... (Falha na transmissão.) ...por exemplo, a vistoria dizendo que as instalações estão corretas, não há por que não fazermos a ligação de imediato. Apenas que vamos sempre precisar de um responsável, tanto o condomínio pela ligação comum de todos, quanto as unidades individuais.

Aí quase sempre há um problema, porque muitas vezes esses locais estão ainda subordinados à ação judicial, etc., mas tanto o Juiz quanto o próprio Poder Público podem substituir o proprietário nesta autorização, nós temos casos aqui conosco. Mas é importante que se coloquem esses limites para que não haja da parte de todos os senhores, e nós também, interessados para que as pessoas efetivamente tenham o serviço adequado ao cidadão, percebam a nossa possibilidade ou a impossibilidade de fazermos as ligações.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Sr. Marcos Augusto. Passo a palavra ao Sr. Benedito Barbosa, do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. O Sr. Benedito está? (Pausa) Passo a palavra para a Sra. Carmen Silva, do MSTC.

A SRA. CARMEN SILVA – Boa tarde a todos os presentes, quero saudar esta Câmara por mais uma vez atender as nossas reivindicações e nos colocar em uma audiência pública.

Não vou me estender muito, mas quero falar especialmente à Secretaria de Habitação. Atuamos em todos os movimentos sociais que hoje estão dentro da região Central com as ocupações há mais de 20 anos. Então não existe a ocupação mais antiga ou a menos antiga. O que existe sempre foi uma negociação em que sempre tivemos o empecilho da própria Secretaria de Habitação em nos dar um Termo de Permissão de Uso.

Quanto às questões judiciais, todos os prédios em ocupação não têm nenhuma reintegração de posse à vista. São prédios que estão há muito tempo, com moradias fixas de 10, 13, 8, 9, 11 anos, prédios até com histórico de ocupação de 20 anos. O único empecilho que temos, até mesmo foi de um TAC, um termo de uso, que a própria Sehab não nos permitiu.

Em 2018, se intensificou a perseguição às ocupações por questões da energia elétrica e do uso dos serviços. A Sabesp é muito mais maleável, temos uma negociação até direta, mas o impedimento sempre foi a autorização da Sehab. Temos os companheiros da Sehab para buscar os históricos, temos várias reuniões com os próprios Secretários que estavam nas gestões anteriores, de muitos anos. Essa discussão já existe no próprio Conselho Municipal de Habitação, na própria Promotoria de Habitação e Urbanismo.

E, em 2018, só para uma questão de memória, 05/06/2018, nós da Ocupação Rio Branco fomos surpreendidos com o desligamento da energia e dizendo que tínhamos sido culpados pelo edifício que caiu, o Edifício Wilton Paes de Almeida, que a nossa energia fazia parte dele, sendo que não fazia. Então procuramos ainda a Eletropaulo – não Enel – e protocolamos uma reunião e fomos com uma Comissão. Essa reunião se deu no dia 05/06/2018, conversamos com a Diretoria, estavam presentes os Srs. Wagner Pimenta, não sei se ainda trabalha lá; José Clayton de Freitas; Wilson Monteiro; Dilson Martins, todos representando a Eletropaulo, e uma Comissão nossa dos movimentos sociais e de um grande apelo, inclusive, da própria Câmara Municipal, e do Deputado Paulo Fiorilo também, porque foi uma grande comoção desligarem a energia.

O GTI formado explicou quais as condições e até mesmo a própria Eletropaulo, para que pudéssemos ter a religação da energia. Contratamos então uma equipe, uma LT, um

Engenheiro Elétrico, só que fomos surpreendidos com a prisão de companheiros ainda em 2018, que até hoje respondem processos cíveis.

Agora, somos novamente surpreendidos com a prisão de companheiros. Para não me estender, porque sei que o tempo é pouco, quero só pedir a relevância da Secretaria de Habitação que tem de nos permitir, porque se existe um GTI, que foi formado pelo Condepe, uma comissão, um grupo de trabalho de vistoria nas 51 ocupações da região Central, obviamente que esse relatório nós estamos cumprindo.

E até mesmo a Ocupação Rio Branco, que ficou seis meses sem energia elétrica, hoje tem a sua rede de energia elétrica regularizada e com suas contas em dia. Isso pode ser a rigor para as outras ocupações, porque a responsabilidade, o próprio GTI formado no dia 16 de maio de 2018, com seus relatórios técnicos, pode passar para a Secretaria de Habitação todos esses relatórios e até mesmo para a Câmara Municipal o resultado desses relatórios. Porque todo ano esse mesmo GTI faz a visita, a revisita a essas ocupações. E, de lá para cá, as ocupações, como Prestes Maia, todas as ocupações, têm a responsabilidade de ter brigada de incêndio, de contornar os efeitos do risco. E não fazemos coisas melhores porque não temos condições. Inclusive eu queria ressaltar que, se a posição da Eletropaulo é encaminhar a regularização da energia como ela faz nas favelas, também temos todas as condições de fazer essa regularização dentro dos prédios das regiões centrais, a rigor dos prédios que já têm energia elétrica e pagando sem nenhum risco.

Risco é ter vela acesa, risco é morador usar lampião; risco é morador no escuro, porque tivemos três óbitos dentro das ocupações 47 e 53, por conta do desligamento da energia elétrica, de pessoas idosas que necessitavam da energia elétrica.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Sra. Carmen.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Sr. Presidente, apenas queria cumprimentar a Sra. Carmen Silva, em que pese a sua filha que está com câncer ter sido hospitalizada por Covid, em estado sério, nós estamos procurando acompanhar o caso. Ela e sua filha, a Preta, estão presentes para cumprirem o compromisso de dialogar sobre esse

problema, do qual ela tem um conhecimento de profundidade importante.

Estimo as melhoras para a saúde da Lorena, filha da Sra. Carmen.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra a Sra. Ivanete Araújo, do MMLJ.

A SRA. IVANETE ARAÚJO – Boa tarde. Quero agradecer ao Vereador Antonio Donato, ao nosso sempre Senador Eduardo Suplicy, também o meu Deputado Paulo Fiorilo e todos que estão presentes nesta audiência.

A nossa luta e a nossa reivindicação para ser inserida a energia elétrica de uma forma totalmente regular e a água nas nossas ocupações não vem de agora. Infelizmente, ou felizmente, não é desde que o prédio de vidro acabou se desmoronando. Essa nossa luta é bem antiga.

Quero deixar claro à senhora que está representando a Secretaria Municipal da Habitação que, em nenhum momento, o prédio da Prestes Maia foi considerado prédio de alto risco, e todos tinham a informação de que a energia e a água eram irregulares naquele local.

Infelizmente a gente vem tentando atender a necessidade das famílias, procurando os responsáveis, como a Enel, e a Eletropaulo em outras épocas, a Sabesp, e o que é colocado para a gente é que não dá para abrir uma conta de luz em nome da Associação, tem que abrir no nome de uma pessoa. Outra coisa é que tem de contratar um engenheiro e um arquiteto para poder fazer uma planta, uma estrutura, e isso demanda um valor de mais de 80 mil reais, aproximadamente, para poder deixar tudo estruturado e poder fazer a religação.

Quanto aos prédios que nós temos, como introduziu muito bem a Sra. Carmen, já pedimos o Termo de Permissão de Uso para a Prefeitura, já teve o TAC diante de todas as ocupações, e o que nós queremos é regularizar, para evitar que outros companheiros sejam presos, como o Adriano Sukita e a Silmara, que foram presos no dia 26 acusados de furto de energia.

A gente não quer passar por essa situação novamente, já que não somos

criminosos, o que nós queremos é resolver a situação de uma forma legal. Lembrando que a água e a luz não deveriam ser cobradas, porque se trata de vida, de necessidade; mas já que tem de regularizar, nós sempre estivemos abertos à regularização.

Estou de total acordo a fazer um grupo para se discutir, ver de que forma as nossas ocupações podem ser legalizadas com a energia e com a água. Lembrando que a Prestes Maia, através da nossa luta, já faz parte do Município. Inclusive já tivemos uma reunião, na semana passada, com o Secretário de Habitação para iniciar o programa Pode Entrar, programa que estará dentro da comunidade da Prestes Maia. Também temos a Mauá e a Av. Ipiranga, que queremos regularizar. São todas famílias de baixa renda, pessoas que precisam ter o mínimo de dignidade, e não queremos ser procurados pelo fato de estar usando água e luz, que é uma necessidade, e ser tachados como criminosos ou como ladrões, por estar furtando ou roubando água e luz. Essa é a minha proposta.

Aproveitando a presença do representante da Sabesp e da Enel, quero saber se é possível inserir esse custo dos engenheiros nas contas e legalizar, porque a gente precisa de água e de luz e não queremos ficar usando aquilo que é de necessidade de todos.

Quero também falar para a companheira Carmen que estamos em oração pela Loli e que dará tudo certo. Vacina para todos, porque é isso: fecha tudo, para tudo, mas a conta de água chega, a conta de luz chega e a perseguição continua.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – O Dr. Allan está presente. Se quiser fazer o uso da palavra nesse momento, senão pode fazer quando achar mais conveniente.

O SR. ALLAN RAMALHO – Eu gostaria de fazer o uso da palavra, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Tem a palavra o Sr. Allan Ramalho.

O SR. ALLAN RAMALHO – Quero agradecer ao Vereador Antonio Donato, aos Srs. Vereadores, ao Sr. Deputado e também aos representantes tanto da Prefeitura, quanto da Enel e da Sabesp, e todos os colegas e amigos das ocupações, dos movimentos,

A gente precisa pensar que água, energia elétrica, são serviços essenciais, são

materializações de direitos fundamentais e direitos humanos. Então, para além do significado da sua exploração econômica concedida pelo Estado, é preciso também ver esses elementos como uma política pública que materializa esses direitos fundamentais da água, energia elétrica, mas também como elementos do direito fundamental à moradia adequada; também como elemento de regularização fundiária plena.

Então, nessa perspectiva da política pública, é preciso fixar um procedimento, um fluxo. A gente ouviu do representante da Prefeitura que usou a palavra e pelas empresas que há uma série de dificuldades de um lado e de outro. E, pela Defensoria Pública, vemos que não há um estabelecimento de um fluxo.

Nos casos que acompanhamos, muitas vezes nós procuramos a Prefeitura, e a Prefeitura alega uma dificuldade pelas concessionárias, e as concessionárias colocam uma oposição da Prefeitura. Então a gente precisa melhorar esse diálogo entre estado e concessionárias, e estabelecer um procedimento. E também estabelecer algumas outras políticas.

Uma das grandes dificuldades é, de fato, o oferecimento de um projeto para regularização de energia elétrica, que é exigido pelas concessionárias. Ao mesmo tempo, isso também exige da Prefeitura e do município a implementação da política de Assistência Técnica [para Habitação] de Interesse social – ATHIS. E ainda quando regularizados, a energia elétrica e a água podem também constituir um grande custo que supere muito a remuneração das famílias. Então nós também precisamos pensar numa política de tarifa social.

Cause-me estranheza que a Prefeitura fale que não foi pedido, ou que a Prefeitura não sabia de problema de água. E, na verdade, há uma ciência da Prefeitura da questão das ligações irregulares, que são feitas justamente como um aspecto de estado de necessidade de sobreviver, principalmente em tempo de pandemia, em que umas das principais orientações das autoridades sanitárias é a regular limpeza, a regular higienização. Então a água é ainda mais fundamental nesse quadro histórico.

Então nós também percebemos que a ausência da implementação dessa política

pública de regularização da água e da energia fomenta um movimento de criminalização dos movimentos de luta por moradia e de acesso à terra, que estão em completa negação desses direitos básicos, e em estado de necessidade social. E essa negação de oferecimento desse serviço dispõe esses movimentos, essas lideranças, moradores e moradoras, a expediente de criminalização e operações policiais. E, além disso, como a Carmen bem falou, o oferecimento regular de energia elétrica, principalmente, é um importante elemento de mitigação e de administração de riscos – os riscos que são alegados, que as ocupações estão em risco. A própria ausência dessas políticas majora esses riscos.

Então, a Defensoria Pública se coloca à disposição, Srs. Vereadores e Sras. Vereadores, para compor um GT, ou compor um grupo, junto com a Câmara, junto com a Prefeitura, para que possamos pensar em fluxos. Se uma ocupação desejar regularizar a sua energia elétrica, quem ela procura primeiro, quais são os documentos, quais são os atos administrativos que precisam ser praticados, no que que ela precisa se organizar como personalizar jurídica, eventualmente. Eu acho que é isso que precisa ser estabelecido de forma mais clara e transparente, para que possamos encaminhar para resultados mais adequados e frutíferos na regularização desses serviços.

Gostaria mais uma vez de agradecer o convite à Defensoria Pública. E colocar a Defensoria Pública à disposição para os encaminhamentos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Muito obrigado, Dr. Allan.

Vamos às inscrições.

Sr. Ênio Silva. (Pausa) Sra. Alciete Araújo da Silva está?

A SRA. ALCIETE ARAÚJO DA SILVA – Sim.

Queria primeiro parabenizar a bancada, todos que estão presentes.

Meu nome é Alciete Araújo da Silva, mas eu sou bem conhecida aqui na Região de Parelheiros, Zona Sul. Como o Tata Silva, nós defendemos... Na verdade, eu moro em um bairro que, para ter água e esgoto, nós tivemos que conseguir uma ação judicial. E inúmeros outros bairros que nós aqui defendemos – eu junto com outros parceiros, outros companheiros

– não têm água. O programa *Água Legal* foi de extrema importância para as periferias de Parelheiros, porque nós passamos a ter água limpa nas nossas torneiras. Pessoas que bebiam água contaminada, como nós em Manacá da Serra e em vários outros bairros aqui da zona Sul. Esse problema foi resolvido, foi sanado, foi de uma grande valia o programa *Água Legal*.

Já com a Enel... Eu sou uma pessoa muito direta, eu tenho grande dificuldade... Eu não consigo entender quem é o representante da Enel, porque nós, da periferia, dos bairros aqui das periferias de Palheiros, da zona Sul de Parelheiros, da zona Sul onde nós atuamos, nós não conseguimos ter acesso a ninguém deles. Parece que todas as portas estão fechadas, entendeu.

Então eu fico muito triste em saber que nós não temos direito à água, não temos direito a esgoto, não temos direito à energia, não temos direito à educação. Nós moramos em bairros irregulares, alguns deles com pedido de regularização fundiária desde 87. Nós pedimos para que sejam regularizados esses bairros, e não são regularizados. O que temos, de verdade, é o Poder Público atuando como fiscal desses bairros que já são consolidados.

Tem bairros que estão há 30-40 anos nesses locais. E nós não temos voz, porque eles chegam e dizem que a área é irregular. A Enel usa isso como desculpa. A Sabesp diz que não pode atuar porque a Prefeitura não deixa, porque a Cetesb não deixa. Cada um tem o seu ponto de vista para dizer por que não pode. Mas a verdade é que nós estamos aqui, pessoas estão bebendo água contaminada. Essa semana mesmo eu estive num bairro que tem mais de três mil famílias, e eles estão lá há mais de 30 anos. E eles estão bebendo água contaminada porque a Sabesp diz que não pode atuar lá.

Então eu fico muito feliz por saber que estamos fazendo essa discussão hoje, e eu espero que seja realmente para resolvermos os problemas, porque blá-blá-blá tem muito. Na hora das eleições, todos os vereadores vêm aqui, os seus representantes, para dizer que vai fazer, que vai acontecer, mas, quando passam [as eleições], nós ficamos aqui, à mercê da própria sorte, e tentando achar caminhos para sobreviver onde nós estamos. A maioria está desempregada, a maioria não tem condições de pagar uma conta de luz. E mesmo quando nós

queremos pagar a conta de luz, a Enel não atua, não entra e não resolve o problema de ninguém.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Sra. Alciete.

A próxima inscrita é a Sra. Kátia Cilene. *(Pausa)* A próxima é a Sra. Auristela Moreira. *(Pausa)* O próximo é o Sr. Paulo Gomes Kumbo.

O SR. PAULO GOMES KUMBO – Boa tarde a todos e a todas.

Sr. Presidente, boa tarde; Sr. Suplicy, boa tarde.

Primeiramente, eu estou agradecendo pela oportunidade de estar aqui nessa sala da reunião.

Meu nome é Paulo Gomes Kumbo. venho através da Associação de Migrante pela Integração Comunitária de São Paulo, que fica na Rua Voluntários da Pátria, 663.

Com o advento da pandemia, torna-se mais complexa a situação social e econômica dos imigrantes e refugiados na questão das ocupações de São Paulo, em geral. O desemprego aumentou. Falta de alimentação saudável, cesta básica. Não é suficiente o acesso à saúde pública e educação.

Brasília recolhe, porém não existe programa de política social de acolhimento, principalmente na questão habitacional. Eu venho apresentar essa população dos imigrantes que estão aqui em São Paulo. Eu e Suplicy conhecemos muito bem o problema que está acontecendo na Rua Voluntários da Pátria, porque ele acompanhou ano passado.

Então, a questão é essa. A primeira é que fui convidado pela polícia, devido ao problema de energia, que está lá. Quando fui convidado, porque aquela energia é “gato”, fui à delegacia e expliquei o caso sobre esse problema da ocupação. Não fui eu que puxei energia, porque não julgamos encontrar energia nesse prédio.

O Sr. Delegado falou para mim: nesse caso, se vocês quiserem ficar com a energia bem legalizada, você passa na Enel para tentar legalizar esse problema de energia. Fui lá para tentar conversar com o proprietário para tentar legalizar o problema da luz da Rua Voluntários

da Pátria, onde fica nossa sede.

Qual era o problema? O problema é que me falaram que lá não tem como legalizar o problema de energia devido às dívidas, porque aquele prédio é privado. As dívidas são muitas, quer dizer, não tem como legalizar esses problemas. Então, ficamos parados nesse sentido.

Então, o maior problema é energia, dá sempre problema naquele prédio. Nós não queremos que um dia algo possa acontecer e depois venham a acusar a gente, primeiro porque somos imigrantes. Nós vemos que encontrar, o povo brasileiro ocupou esse prédio, que já tinha luz e água.

As próprias pessoas que estavam lá foram na Sabesp para tentar legalizar o problema da água. Primeiramente, conseguimos a primeira fatura e aí veio o problema de integração de posse, em 2019. Veio o problema de integração de posse, não tinha mais como continuar a pagar a água. O problema que queremos legalizar é luz e água.

Um problema igual é que nesse momento, onde esse povo vive...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Para a conclusão, por favor. Tem alguém com o microfone ligado, por favor.

O SR PAULO GOMES KUMBO – Ok. A conclusão é que estamos pedindo ajuda, apoio ao Governo brasileiro, porque a maioria, muitas pessoas que estão lá não têm condições de pagar 500, 600 reais, porque têm muitas mães que não trabalham, de 65 anos, que não têm recurso financeiro aqui no Brasil.

Então, é por isso que estamos a pedir ajuda ao Governo brasileiro, para dar apoio a essa população que mora na Rua Voluntários da Pátria.

Muito obrigado. Devido ao tempo, que é curto, não tenho como falar muito. Outro dia vou falar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Paulo. A Vereadora Silvia da Bancada Feminista quer fazer uso da palavra, a senhora tem a palavra.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Obrigada, Vereador Donato. Já queria cumprimentar a sua pessoa; os Vereadores presentes; o Vereador Eduardo Suplicy, nosso Vereador também; o Deputado presente; André Santos. Acho que vi a Ely Teruel também.

Enfim, cumprimentar todas e todos que estão aqui, dos movimentos sociais, D. Carmem, a Alciete, o Paulo Gomes Kumbo, que acabou de falar, imigrante. Cumprimentar todas as pessoas e dizer que acho que esse é um tema muito importante.

Semana passada já tivemos uma audiência pública sobre um tema relacionado a esse, que foi a questão da violência policial nas ocupações, porque em fevereiro desse ano, houve um caso em que a polícia chegou a invadir uma ocupação e o pretexto foi o chamado “roubo”. Vou colocar entre aspas “roubo” de energia. Foi, se não me engano, no dia 26 de fevereiro.

Eu, inclusive, estava numa carreta naquele momento e recebi uma mensagem de que tinha ocorrido essa operação policial. Depois já tinha sido resolvido e nós não fomos até lá.

Mas, estou dizendo isso, porque é um tema recorrente no Centro de São Paulo. Acho que a gente tem de ter como concepção que a questão da moradia, a questão do acesso à energia elétrica e a questão do acesso à água são direitos fundamentais garantidos pela nossa Constituição Federal a todos os cidadãos brasileiros. Todos. Sem qualquer tipo de distinção.

Então, esse acesso nunca pode ser negado. E nenhum tipo de exigência burocrática pode impedir que esse acesso seja garantido. Muitas vezes eu vejo aqui e vi a fala da própria Secretaria, da própria Enel, colocando condições, empecilhos, que precisa ter isso, que precisa ter aquilo.

Bom, se precisa ter isso e precisa ter aquilo, então vamos garantir que isso realmente aconteça. Mas, essa falta de qualquer tipo de questão administrativa ou burocrática não pode ser o impeditivo para que a energia e a água sejam fornecidas.

Por quê? Porque é um direito fundamental do ser humano e é garantido pela nossa

Constituição. A todos, sem qualquer tipo de distinção, inclusive a todas as pessoas que são moradoras, munícipes de São Paulo, independente de onde vieram, não interessa.

Por que eu digo isso? Porque se esse direito for negado, implicará em uma série de outras violações da dignidade humana, até chegar ao ponto de ter um prédio no Centro de São Paulo, em que vimos o incêndio no Largo do Paissandu.

Será que se esse direito tivesse sido garantido, aquelas pessoas teriam passado pelo que passaram? Muitas, inclusive, vieram a morrer. Então, o direito à vida, o direito à dignidade humana, o direito a ter acesso a direitos fundamentais, moradia, energia elétrica, água, que é um direito básico e fundamental.

Esses direitos nunca podem estar em segundo ou em terceiro plano. Esses direitos têm de estar em primeiro plano. E os moradores e as lideranças que vieram aqui dizer disseram “não está sendo garantido”. Está sendo constantemente violado.

E o que é que se vai fazer em relação a isso? O que a Prefeitura e seus órgãos competentes farão em relação a isso? O que as empresas farão em relação a isso? Porque as empresas têm de estar subordinadas ao interesse público.

Então, essa é questão que nós temos, fora todas as questões que tratamos na outra audiência pública, que é a questão do preconceito, que é a questão do racismo. Muitas vezes, essas ocupações acabam sendo perseguidas, por conta de uma questão também de preconceito e do racismo estrutural que temos em nossa sociedade, principalmente por parte da instituição policial.

Então, por conta disso, estamos à disposição, achamos que esse tema é de fundamental importância, tema que também será tratado em outras tantas audiências públicas que vamos realizar nesta Casa, espero que iremos realizá-las.

O nosso mandato, a Bancada Feminista do PSOL, está à disposição para continuar participando, mas não só isso, continuará sendo parceira sempre que houver qualquer tipo de violação dos direitos básicos fundamentais.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Donato) – Obrigado, Sílvia. A próxima inscrita é Rejane de Assis Freitas. Está presente? (Pausa) Próxima, Antonia Lindinalva do Nascimento. (Pausa) Antonia está presente, com a palavra.

A SRA. ANTONIA LINDINALVA FERREIRA DO NASCIMENTO – Presidente Donato, Vereadores presentes, todos os convidados e convidadas, e o nosso Deputado Paulo Fiorilo, que está sempre na luta conosco em relação às questões dos direitos fundamentais.

Na verdade, todas que aqui falaram me representaram, a Vereadora que falou agora, a Carmen, a Nete. Nós somos do Movimento e estamos sempre brigando pelos direitos, pela Cidade. Sou do Movimento Sem-Teto pela reforma urbana e sou filiada à Frente de Luta por Moradia.

Na verdade, é mais a título de informação. O Allan, que é da Defensoria Pública, foi bem feliz na fala que fez, falando que a Prefeitura e a Sehab sabem dos problemas que enfrentamos nas ocupações.

Eu faço parte do grupo, do GTI – Grupo de Trabalho Intersecretarial, que antes tinha outro nome, mudou do ano passado para cá. Estamos sempre em conversa, em reunião *on-line* e presencial informando sobre as ocupações de prédios, de terrenos.

A Frente de Luta tem várias ocupações na Cidade e ressaltando novamente que são ocupações de 10, 11, 15 anos, são ocupações de muito tempo. A gente briga para atender às famílias com moradia digna, mas não conseguimos, a política pública não faz a gente acessar esse direito. Eu acho, todo mundo sabe que não temos uma política, nem tem uma política pública para atender. O que conseguimos agora foi poder entrar, que é uma esperança, uma luz no fim do túnel para acontecer, mas estamos falando aqui da questão da energia e da água.

Eu só quero deixar claro a vocês que quando há interrupção desses direitos fundamentais – água e luz – a gente também interrompe a vida, vidas se vão por conta dessa interrupção. A gente passa por perseguição policial 24 horas na porta das ocupações, cavando o chão pra poder tirar água. A gente passou por um incêndio criminoso, aqui na Avenida São

João, 588, onde colocaram piche dentro do local que estava a energia e ateou fogo. Quem fez isso colocou o pessoal do entorno da calçada, do pedestre em perigo, e não à ocupação porque nós nos organizamos para garantir segurança.

A gente tem visitas e mais visitas da Sehab há mais de três anos. Na maioria das ocupações a gente já teve mais de três revisitas. Então, a gente tem sim vínculo com Sehab, Sehab conhece as lideranças, conhece as famílias, Sehab sempre esteve presente nos prédios fazendo cadastro, e também está ciente dos nossos problemas.

Quero deixar claro que a gente não quer energia nem água da forma que estamos usando, a gente não quer fazer o uso disso, mas é que não tem alternativa. A Vereadora acabou de falar que é fácil ocupar, os ocupantes são a população pobre. Qualquer coisa que acontece a culpa é dos ocupantes, não gente, não é. A gente não quer passar por isso. Morar em ocupação é um desafio constante. A todo momento as famílias passam por pressão policial, tem o risco de morar na rua porque não é seguro. Estamos em uma ocupação que já passou por doze pedidos de reintegração, conseguimos passar pelos doze e permanecer no prédio que é da Prefeitura.

Mas, enfim, quero relatar que é do conhecimento, sim, da Prefeitura, eu sou Conselheira Municipal de Habitação, faço parte do grupo de trabalho. A gente tem que passar todas as relações dos prédios, dos 51 prédios, temos visitas diárias, muitas vezes três a quatro vezes ao ano da Prefeitura e de Sehab dentro dos nossos prédios. Isso não é coisa nova, é coisa é antiga, muito antiga e precisamos resolver, parar de interromper vidas, interromper direitos fundamentais, violar os direitos civis das pessoas.

Parabéns pela audiência, este é um local de fala de todos nós em favor das famílias que estão nas ocupações.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigada, Antonia. Com a palavra o Deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Boa tarde, companheiros e companheiras. Quero saudar o Vereador Sansão Pereira, a Vereadora Silvia da Bancada Feminista, o Vereador André

Santos, não o vejo faz tempo. Também saudar meu Colega, companheiro de Bancada, fui companheiro do Suplicy e do Antonio Donato, dizer da importância dessa conversa pela Comissão. Parabéns, Donato e Suplicy que incitaram a Comissão para tratar desse assunto. Saudar também o pessoal do Movimento de Moradia, em nome da Carmen, da Antonia e da Nete.

Rapidamente, dizer que tenho conversado com a Enel principalmente para ver se é possível buscar uma saída para resolver o problema das ocupações, das instalações elétricas, para evitar sempre o mal que acaba acontecendo quando você não consegue uma energia regularizada.

Fizemos uma reunião semana passada, o Marcos estava junto com dois outros assessores, e acho importante porque podemos, de fato, buscar uma saída, tanto com a Enel quanto com a Sabesp através do Marcello.

Queria reforçar rapidamente a proposta feita pelo Dr. Allan, da Defensoria, dando a possibilidade, junto com a Câmara, com a Defensoria e os movimentos, organizar uma comissão para buscar saídas efetivas, tanto do ponto de vista da energia elétrica quanto da água para as pessoas que moram nessas ocupações.

Coloco meu mandato e a Assembleia Legislativa à disposição do debate. Eu não vou poder ficar mais tempo. Quero então parabenizar, e depois falo com o Donato e com o Suplicy para ver quais serão os encaminhamentos.

Boa reunião a todos, um abraço.

Parabéns pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, deputado. Tem a palavra Alexandre Kiko. (Pausa)

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Parabéns, Paulo Fiorilo, vamos continuar juntos nessa batalha.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra Beatriz Calheta. (Pausa) Marizete Pereira. (Pausa) André de Araújo, com a palavra, por três minutos.

O SR. ANDRÉ DE ARAÚJO - Boa tarde a todos, a todas. Faço uma saudação aos Vereadores, na figura do Presidente. Sou do Movimento de Legalização Fundiária e atualmente estou na Comissão Municipal de Habitação.

Acho que essa questão, essa situação é muito mais ampla do que já foi falado porque na questão dos mananciais, nós temos um problema incrível, principalmente com a Enel e já tivemos com a Sabesp, conforme já foi dito pela Tata, e através de uma ação judicial, nós conseguimos usar a questão da implantação da água e do saneamento básico, mas diversos núcleos consolidados ainda não conseguiram, uns com mil famílias, outros com duas mil, três mil.

Então a situação é dramática, principalmente no Jardim São Norberto, Porteira Branca, porque parece que tem uma ação civil pública para a retirada das instalações da Enel. Mas conforme foi colocado aqui, é muito difícil o relacionamento com a Enel, e aí as lideranças são notificadas para comparecer em delegacias, até mesmo são ameaçadas de serem indicadas por furto de energia elétrica.

Nós temos outros problemas também com a Eletropaulo, com a Enel, na região do Catumbi, na região da Presidente Wilson. Na Presidente Wilson, cerca de 700 famílias há mais de dez anos no local não têm acesso a água potável. E há dificuldade muito grande nesse relacionamento.

Então eu acho que a questão é geral, acho que a Assembleia Legislativa tem que se incluir nessa questão. Acho que a Secretaria de Habitação, principalmente nessas ocupações consolidadas, tem que facilitar a anuência para a entrada tanto da Enel como da Sabesp. A própria Secretaria Estadual do Meio Ambiente disse, na Resolução 50, que desobriga a Cetesb de dar o seu parecer. Então a bola está com a Secretaria Municipal de Habitação para permitir, por meio dessas cartas de anuência, principalmente nas áreas de manancial, em outras áreas também, que essas famílias tenham acesso a água.

No Dia Mundial da Água, nós estamos aqui discutindo que 60% das pessoas não têm acesso à água. Várias pessoas não têm acesso a saneamento básico e são

criminalizadas. Nós passamos na última semana, na terça-feira, na Ocupação Porto Príncipe, um problema de criminalização das lideranças. Lá, mais ou menos 350 famílias foram importunadas pela Polícia Militar, que adentrou o local, uma denúncia de furto, uma ameaça, porque o local também não tinha e não tem energia regular, não tem água regular. Então isso é generalizado.

Na Vila São Nicolau, por exemplo, a Sabesp quer retirar cem famílias por meio de ação de reintegração de posse. Também não permite que lá tenha acesso à água, não permite acesso à Enel. Então a situação é dramática. Pessoas com hemodiálise, pessoas que estão necessitando de oxigênio em casa, pessoas que não podem fazer a... (Falha na transmissão.) ...a Câmara Municipal de São Paulo, como a Alesp, como o Conselho Municipal de Habitação, para facilitar o acesso tanto a água como também a energia elétrica. E a Enel tem que criar um canal que facilite a democratização do acesso a energia elétrica, porque o atendimento da Enel é péssimo, é horrível. Onde se tem, no Jardim Manacá da Serra, foi proibido que novas instalações... há dez anos... possam fazer essas instalações. Sendo que nós temos uma ação que já transitou em julgado, de regularização fundiária.

Então a situação é dramática... (Falha na transmissão.) ...permitindo a regularização fundiária, não tem acesso... (Falha na transmissão.) ...tem a energia elétrica, o serviço é péssimo, é horrível, queimando refrigeradores, queimando geladeiras.

Então eu agradeço a oportunidade e espero que nós tenhamos ações concretas e unificadas entre a Câmara Municipal e a Alesp. Muito obrigado.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

(NÃO IDENTIFICADA) - Donato, seu microfone está desligado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Desculpe. Vamos lá. Chamei um monte de gente, achei que estava...

Francisco Ferreira. (Pausa) Fernando Botton. (Pausa) Clarizonete Aparecida. (Pausa) Raquel dos Santos. (Pausa) Maria Angélica. (Pausa) Matheus Del'Arco com a palavra, três minutos.

O SR. MATHEUS DEL'ARCO PINZAN – Boa tarde. Sou Matheus Pinzan. Sou doutorando em Ciências Políticas pela Universidade de São Paulo e pesquiso ocupações, em especial as voltadas para cultura. Eu venho a esta audiência para fazer um registro do processo que essas ocupações vêm desempenhando junto ao poder público nos últimos anos.

Eu quero chamar a atenção para a urgência de se avançar na regularização dos serviços básicos, como água, luz e internet, mas também dos espaços ocupados como forma de diminuir o déficit de habitação e de espaços culturais na Cidade. Eu queria trazer alguns relatórios elaborados pela própria administração pública para embasar um pouco esta discussão, se vocês me permitem.

De acordo com o diagnóstico de gestão compartilhado de equipamentos públicos elaborado para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano pela Unesco, os espaços culturais autônomos, sejam eles pontos de cultura ou ocupações, representam cerca de 56% dos equipamentos culturais da Cidade. Esses espaços são de grande relevância para acesso à produção da cultura, especialmente quando levada em consideração sua distribuição territorial.

Somado a isso, o Plano Municipal de Cultura aprovado em 2016, prevê nas metas 7 e 8 maiores mecanismos de incentivo a gestões colaborativas em espaços independentes e uma melhor ocupação de espaços públicos. O PMC destina ações específicas de médio e longo prazos voltados para identificação e regularização de espaços ocupados por coletivos de artistas. A meta de médio prazo aprovada no Plano prevê que até 2021 as ocupações voltadas para arte e cultura sejam identificadas e regularizadas na primeira fase do Programa.

A implementação dessas metas teve início no ano passado com o edital de mapeamento e premiação de espaços de gestão colaborativa e de espaços públicos ociosos. De acordo com o balanço dessa primeira fase do edital, 43,2% dos espaços culturais ocupados estão sem eletricidade, 47,1% estão sem água e 76,5% estão sem internet. Como medida emergencial, o balanço propõe que a SMC reativa água e luz nesses espaços e forneça estrutura para instalação de internet.

Para além de ser algo extremamente grave numa situação pandêmica, em que o

acesso a serviços públicos básicos de maneira alguma deve ser negado ou dificultado, é alarmante que esses mesmos recursos estejam sendo utilizados como forma de criminalização dos movimentos, novamente. Ora, se a própria administração pública reconhece o valor social do trabalho dos ocupantes no setor da cultura e dispõe no Direito Constitucional mecanismos para isso, como podemos voltar a esse ponto em que serviços básicos sejam utilizados como forma de criminalização?

(Falha na transmissão.) ...situação das ocupações culturais seja análoga às de habitação, uma vez que ambos os tipos de ocupação decorrem e atuam no enfrentamento da mesma situação, a saber, a falha de provisão de recursos básicos tanto por parte do Estado como por parte do setor privado.

Já passa da hora de se mudar a mentalidade para o tratamento das ocupações e de se enxergar o potencial das ocupações para a solução de problemas estruturais da Cidade. Sabemos que o combate às ocupações só agrava as desigualdades sociais e não pode ser entendido como uma solução para os problemas concretos que temos.

Portanto, saúdo a audiência e chamo o cumprimento das medidas já aprovadas para as ocupações culturais, e que isso se estenda para as outras ocupações, como uma mudança de entendimento institucional. Por fim, também gostaria que se acatassem as propostas que foram tiradas nesta audiência como medida imediata de solucionar esses problemas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Matheus.

Com a palavra a Vereadora Ely Teruel.

A SRA. ELY TERUEL – Boa tarde. Quero cumprimentar todos os representantes da Secretaria de Habitação, a Enel, o Marcos, a Sabesp, Sr. Marcello, e dizer, como o nosso colega acabou de dizer, hoje, realmente, dia 22 de março, é o Dia Mundial da Água. Então eu me solidarizo com essas famílias por essa situação de vulnerabilidade.

Quero dizer que o Dr. Allan, o nosso defensor, sugeriu juntar não só Enel, como

também a Câmara, a Sabesp e a Secretaria de Habitação para criarem uma regularização. Sugiro que seja, de imediato, porque a gente tem visto sim muitas famílias sofrendo.

Meus parabéns ao Dr. Allan, que teve essa iniciativa.

Queria parabenizar a audiência e todos os envolvidos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vereadora.

Vamos seguindo a ordem. Silmara Conga, Joseph Motema Mampia, Cintia Almeida Fidelis.

A SRA. CINTIA ALMEIDA FIDELIS – Boa tarde a todos e todas. Sou Cintia Almeida Fidelis, assistente social em Gaspar Garcia, grande parceiro dos movimentos e atuante nessa temática. Também sou trabalhadora da assessoria técnica Peabiru, que desenvolve atualmente alguns trabalhos com vários movimentos. Especialmente, com MSTC, Carmem Silva, junto ao projeto de reforma do antigo Hotel Cambridge.

Não quero repetir as palavras dos que me antecederam, mas gostaria de destacar a importância de refletir, olhando para os espaços, para as ocupações, como locais de vivência. São locais onde é formada a transformação do espaço, também onde as famílias, sobretudo nesse cenário de pandemia, estão sobrevivendo, reinventando suas existências numa relação solidária, muito autogestionária e compartilhada.

Para além de serem espaços informais, de ocupação, ou com energia não regularizada, são espaços onde vivem homens, mulheres, crianças, adultos. Para não perder de vista a perspectiva de olhar para esses espaços com a necessidade de entender que essas famílias precisam ser atendidas na sua totalidade, na perspectiva de olhar para todas as necessidades como energia, água e o atendimento à moradia definitiva também.

Estou aqui para me inteirar sobre a necessidade de uma ação articulada, combinada com a Secretaria de Habitação, com a Enel, dizer que a moradia, em todos os efeitos, dentre os quais essas famílias estão submetidas a todas as violações, não pode ser entendida como caso de polícia.

A gente precisa pensar estratégias e atendimentos na perspectiva de política pública, bem como o Sr. Carlos Augusto colocou. Também entender que é preciso elaborar, criando alternativas para que esse acesso seja concedido às famílias.

Para terminar, a energia elétrica não é mercadoria, é um direito, como todos colocaram aqui. Esses sujeitos devem ser olhados não como clientes ou consumidores, mas como seres humanos que precisam ser respeitados, tendo seus direitos reconhecidos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Cintia.

O próximo inscrito é o Sr. João Priolli de Araújo.

O SR. JOÃO PRIOLLI DE ARAÚJO - Boa tarde.

Estou tentando ajeitar a câmera. Desculpem se ela não funcionar.

Pessoal, agradeço a participação na audiência pública. Falo em nome do Escritório Modelo D. Paulo Evaristo Arns. Vou reverberar algumas coisas importantes que já foram ditas e dar algumas ideias.

Primeiro, quero dizer sobre esse protocolo unificado. É fundamental a presença dos três entes, das duas concessionárias e da Secretaria de Habitação, para que a gente consiga amarrar em uma instituição só todo esse procedimento e que, de alguma forma, alguém centralize isso.

A gente pode ficar o dia inteiro dando exemplos de como existe um descompasso entre o que a Enel pede, a Sabesp pede e, às vezes, a Secretaria de Habitação pede. A gente precisa unificar isso. Não só unificar, mas transformar numa coisa simples.

A gente está falando de um procedimento que visa garantir direitos de população carente. Não adianta declararmos uma tarifa social e condicioná-la a um projeto elétrico de 50 mil reais. A gente está declarando um direito e não instrumentalizando esse direito corretamente.

Queria reverberar a necessidade de, via Secretaria de Habitação, poder centralizar. A Dra. Manuela falou do GTI do Centro. Faço um apelo para que seja feito um GTI da cidade

de São Paulo, porque é um problema sistêmico, por exemplo, a gente sabe que há na zona Sul. Eu já atuei, em quatro reintegrações de posse da Enel só na Belmira Marin. É um problema sistêmico que não abrange só o Centro, mas toda Cidade. Por isso, faço esse pedido.

Depois, para dar uma ideia minha, não sei se foi repassada, mas talvez aproveitar o Ato Administrativo de Zoneamento. A partir do momento que a Secretaria de Habitação declare interesse social, uma área como ZEIS, para mim já está declarado direito à tarifa social também.

Aproveitar esses atos e aproveitar a luta do direito à moradia e não fazer esse zoneamento ser perdido no tempo - foi uma luta bem bonita na Gestão Haddad -, talvez seja uma forma de respeitar e dar um andamento correto a esse tema.

Por último, dizer que até entendo a fala da Alciete, principalmente, da Carmen, da Jomarina, de que nós precisamos parar de se utilizar de sistemas jurídicos e de regimes para não fazer as coisas da forma correta. Nós estamos falando de concessionária de serviço público, que presta sim serviço público. Só que sob regime de concessão.

Se escudar num regime jurídico híbrido e às vezes utilizar a propriedade pública para não dar sequer o direito à retenção e às indenizações de benfeitorias para a população carente, depois, na hora de indenizar jogar tudo nas costas da Sehab, não me parece a forma mais razoável.

O apelo aqui, para as duas concessionárias, é que a gente possa não só se utilizar de prerrogativas públicas, mas também assumir deveres públicos. Porque senão fica muito fácil ser concessionária.

Finalizo agradecendo a todo mundo. Falar que anotei a frase da Enel, quero também uma reunião particular com a Enel para tratar dos nossos casos do Escritório Modelo. Mas até anotei esse lema que achei bonito:

“Transformar consumidores em clientes. Antes de transformar consumidor em cliente, transforme primeiro as pessoas em consumidores. Antes disso, ainda, transformem-nas em pessoas, sujeitos com dignidade.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Próxima inscrita, Maria Lúcia Salum. (Pausa) Ausente. Igor Leonardo. (Pausa) Ausente. Celso Santos Carvalho. (Pausa) Ausente. Katia Aparecida da Silva. (Pausa) Ausente. Thiago Gomes. (Pausa) Ausente. Bruna Rangel de Souza. (Pausa) Ausente.

Próxima inscrita, Luciana Dias.

A SRA. LUCIANA DIAS - Boa tarde a todos. Prometo ser breve. Sou a Dra. Luciana, do Escritório Modelo. Trabalho com Dr. João Priolli e reitero, de forma completa, tudo o que ele expôs aqui.

—

Tenho duas questões sérias: um prédio do Centro e outra ocupação no extremo Sul. Um é o Edifício Urca, que já tentamos milhões de vezes falar com a Enel, a antiga Eletropaulo, e temos a seguinte resposta: o prédio era comercial. Vocês precisam transformar essa ligação de comercial para residencial. Aí caímos naquela questão que precisa de engenheiro particular e com isso essas 54 famílias, mais ou menos 103 pessoas, ficam sendo jogadas de lá para cá e a gente não consegue resolver de uma forma coesa e com prazo de definição para regularizar essa energia.

Em relação à outra questão, é uma comunidade no extremo Sul, no Jardim Colônia, mais conhecida como Chácara Santo Amaro. Eles não têm luz na rua, não existe saneamento básico e o lençol freático está contaminado. Então como vamos juntar todos esses polos: Sabesp, Enel, Sehab, Prefeitura e sair dessa reunião, hoje, com as assertivas? Com o propósito real de que pelo menos, até o final deste ano pandêmico, teremos as diretrizes que teremos que seguir. Qual porta teremos de bater para falar: aqui vai ter um projeto que se inicia em dezembro, setembro, julho. Mas que eu tenha um prazo.

Era isso que eu gostaria de trazer para esta plenária hoje.

Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Obrigada, Dra. Luciana. Próximo inscrito, Donizete Redondo. (Pausa) Ausente. Marcele Lemos Piotto. (Pausa) Ausente. José Gonçalves de Almeida. (Pausa) Ausente. Andréia Lúcia Ramos. (Pausa) Ausente. Sergio Renato da Silva Magalhães. (Pausa) Ausente.

Próximo inscrito, Flávio Roberto Moura de Campos.

O SR. FLÁVIO ROBERTO MOURA DE CAMPOS – Pois não, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra, Flávio.

O SR. FLÁVIO ROBERTO MOURA DE CAMPOS – Exmo. Sr. Presidente Antonio Donato, que preside esta audiência pública; Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, por intermédio de quem recebi o convite para compor esta reunião e demais membros dos coletivos que compõem a luta por moradia e dignidade do povo negro, do povo pobre, periférico desta cidade.

É uma honra muito grande estar na presença de todos os senhores, mas eu gostaria de deixar uma contribuição bastante simples, curta, pontual no sentido de que já foi trazido aqui, no que diz respeito ao aspecto da criminalização das moradias e das lideranças que organizam as moradias populares pelo seguinte: todo crime patrimonial exige uma vítima, a existência de uma vítima. Obviamente que quem figura como vítima do furto de energia é a empresa concessionária de energia. Ela tem, pela lei, meios jurídicos de implementar um sistema de conformidade com a legislação a partir de orientação e de serviço técnico, suporte técnico, aos seus clientes, no caso os consumidores, que nós lutamos para transformar em clientes.

É essa a abordagem na perspectiva de como enxergar a parte suficiente nessa relação e ver neles a possibilidade de saírem dessa posição de potencial risco, porque pessoas negras, pobres, periféricas figuram facilmente na pessoa do risco. E tem todo um ambiente propício de estado policial que essas denúncias, onde colocam pessoas como risco, risco ao

patrimônio, risco à segurança, acabam gerando um volume de animosidade policial e aí acontecem as injustiças que estamos presenciando.

Acredito que se reverberassem de forma efetiva nas contas da empresa todas essas questões de enfrentamento policial das ocupações, a empresa já teria colocado o seu jurídico à disposição dessa situação para resolver. Há muita a questão de falta de interesse empresarial, como foi destacado no início, de colocar um setor jurídico, um setor de comunicação com mais efetividade para fazer esse diálogo. É coisa simples para resolver e pode evitar que uma pessoa seja presa, que uma pessoa sofra um ato de violência policial e nunca mais se recupere ou até mesmo famílias separadas, destruídas. Muita coisa pode ser evitada.

E para encerrar, estamos, no momento, discutindo uma questão de extrema urgência, extrema importância, se não fosse, nós não nos reuniríamos devida a quantidade de notícias de luto, notícias, infelizmente, no momento mais difícil, que muitos de nós, já passamos neste país, e no meio dessa catástrofe que nós vivemos, falar do direito à moradia, é falar de uma extensão ao acesso à saúde, ao acesso à vida. É importante que a concessionária carregue esses valores, que são trazidos aqui, para que seja discutido na diretoria e que possamos ver também uma atitude da parte da empresa.

Esse é o ponto que eu gostaria de acrescentar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Dr. Flávio. A Marcele, que eu havia chamado, retornou. Com a palavra a Sra. Marcele Lemos Piotto.

A SRA. MARCELE LEMOS PIOTTO - Boa tarde. Gostaria de cumprimentar todos. Sou arquiteta urbanista, trabalho na assessoria técnica com o MSTC, Movimento Sem Teto do Centro e na assessoria técnica Peabiru. E desde 2018 estamos acompanhando com o GTI as ocupações que estão passando pelas visitas e revisitas. E gostaria, também de reforçar um pedido que fizemos por *e-mail*, solicitando todos os relatórios de visitas e revisitas para que pudéssemos ter acesso, onde estamos conseguindo fazer essa assessoria, esse acompanhamento de melhorias.

Sinto-me, muito contemplada aqui pela fala das colegas: da Cintia, colega da Peabiru, do MSTC, da Carmen, da Antonia, e gostaria de continuar e apoiar a ideia da criação desse GT para gente continuar os encaminhamentos e fazer um grupo onde pudéssemos ter mais claro quais são as etapas e passos que precisamos para fazer a regularização da água e da energia, nas ocupações, e contemplando, com a fala do Dr. Flávio, de que a moradia é a porta de entrada dos outros direitos. Primeiro a moradia e depois vêm os outros direitos atrelados. Nesse momento de situação muito difícil de desgoverno no nosso país, que a gente vive, que estamos vivendo nesse contexto, como podemos encaminhar da melhor forma possível e peço um apoio das concessionárias que estão presentes para que pudessem facilitar, ou dizer quais são as etapas e medidas que precisamos seguir para fazer essa regularização que os movimentos estão reivindicando e solicitando há muito tempo. E contempladíssima com a fala de que a própria negação dessa regularização em que os movimentos tentam há muito tempo, esse diálogo, e vem com isso a insegurança onde foi causado o acidente do Milton Paz, em 2018, e, com isso, a criminalização.

Então, o discurso e uma ação, de maneira prática, praticada, vai reforçando a outra e vai levando a várias catástrofes que a gente vem vivendo e vai agravando na pandemia. Então, gostaria de reforçar o encaminhamento de que esse grupo seja criado e oferecer o apoio das assessorias técnicas que estão em diálogo em trabalho conjunto com os três movimentos aqui presentes: MSTC, MMCR e MSTRU, que estamos acompanhando mais de perto e que pudesse fazer parte desse grupo com encaminhamentos e ajuda para nos apoiarmos e tentarmos resolver as questões da melhor maneira possível e mais rapidamente possível devido à pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra a Sra. Sônia Xavier.

A SRA. SÔNIA XAVIER – Boa tarde, eu venho aqui representando a ocupação Centro Cultural Ouvidor 63. Queria salientar a todos que é muito importante pensar na regularização e pensar em como vai ser feita, porque aqui mesmo na nossa ocupação, a conta de energia da Enel está no meu nome, e gostaríamos de saber da Enel como poderíamos

colocar esse nome dentro da Associação, para que possa ser respondido em coletivo. E também, quando foi feita a abordagem da Enel, com a nossa ocupação, foi falado que, ou a gente colocaria no nome de alguém, ou que seria cortada a energia. Então, precisamos saber como isso pode ser feito. E por que o aumento? Logo que foi colocado dentro da tarifa social, as primeiras contas vieram em torno de 11, 10 reais e agora aumentaram na base de 3 a 6 mil reais por mês. Nós não temos essa condição de pagamento, já fizemos estudos para outra audiência para provar dentro do coletivo que não podemos ter um encargo com esse valor. E também queremos saber da Sabesp como podemos regularizar tudo isso e essa formação dos GTs de trabalhos porque cada caso é um caso, não podemos esquecer isso, e precisamos também que não sejam só salientados os gatos e as formas irregulares que são feitas, sendo que muitas das ocupações depois de passarem pela vistoria, depois da caída do prédio, são agora bem regularizadas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Sr. Rômulo.

O SR. RÔMULO – Boa tarde a todos vocês, eu sou o Rômulo da Comunidade do Areião, aqui no Jaguaré. Agradeço a participação nesta reunião e gostaria de falar de um problema que a gente tem entre a Enel e a Sabesp, há mais de 30 anos, na verdade, a gente nunca teve fala e nem fomos ouvidos, há mais de 30 anos correndo atrás e desde que eu assumi a frente da comunidade do Areião, há cinco anos, venho correndo atrás. Consegui sim ser recebido pela Sabesp, mas pela Enel, antigamente Eletropaulo, nunca fui recebido. A Sabesp está fazendo saneamento básico, colocando água, colocando esgoto, dentro da comunidade, mas agora vem a Enel querendo remover algumas famílias e eu me pergunto: para que tudo isso? Para que o investimento grandioso que a Sabesp está fazendo dentro da comunidade com seis mil populares, seis mil pessoas aqui dentro, e agora vem a Enel querendo reintegrar 50% da população, isso que a gente não consegue entender. Esse é um tipo de coisa que Enel vem fazendo em várias comunidades no nosso entorno aqui e não conseguimos conversar com Enel, não conseguimos ter um entendimento com a Enel. Eles não abrem portas na verdade para que a gente tenha uma liderança aqui dentro da

comunidade. Temos tentado com jurídico, com tudo, e eles não abrem, não há diálogo com a Enel. Como a Vereadora falou: a Constituição disse que a gente tem direito, e esse direito, infelizmente, a gente da comunidade não tem. Só existe no papel, mas o direito de quem é de comunidade é tirado. Eu agradeço a fala. E é isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Rômulo. Encerradas as inscrições, estamos aqui no nosso prazo. Eu quero sugerir o seguinte: eu vou devolver a palavra a Enel, à Sabesp e à Secretaria da Habitação e ao nosso defensor, invertendo a ordem da apresentação, e pedindo para que todos possam falar sobre a proposta concreta que nós temos aqui hoje, que é a criação desse grupo de trabalho, a proposta apresentada pela Defensoria Pública, pelo Dr. Allan, que foi mencionado aqui em várias falas. A audiência tinha como foco a questão das ocupações no centro, mas é evidente que nós tivemos casos da região dos mananciais do Areião, que é divisa com Osasco, ali no Parque Continental, e, enfim, temos outras questões que também caberiam nesse processo.

Então, eu gostaria de passar a palavra para o representante da Enel, Dr. Marcos Augusto, para que ele pudesse fazer as suas considerações e, em seguida, para a Sabesp e depois para Secretaria de Habitação.

O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO – Obrigado, Vereador Donato, eu ouvi atentamente, eu tive apenas uma pequena queda na minha internet, mas a maioria das opiniões foi ouvida e saibam: isso será internalizado a toda a diretoria da Enel e eu tenho procuração para obviamente nos dispormos a estar presentes nesse grupo técnico. No entanto, o mesmo nível de sinceridade que todos os senhores utilizaram, eu também tenho obrigação de ser sincero. Nas questões de posturas municipais, não teremos problemas. É só cumprirmos aquilo que a Prefeitura nos obriga a cumprir. E nós faremos. Temos todo o interesse nisso. Nas questões de postura sobre segurança das instalações e responsabilidade pessoal pelas instalações internas, nós teríamos que colocar o agente regulador nessa conversa, que é a Aneel, por meio do poder concedente, que é o Governo Federal, a União Federal; que, fora, nós não temos, como distribuidora, a possibilidade, em nenhuma hipótese, a

possibilidade de não cumprirmos aquilo que seja a nossa obrigação. Então, não podemos deixar que esse grupo inicie, tendo a veleidade de que a Aneel tem essa capacidade. Não temos. Não temos essa capacidade.

Portanto, é importante colocarmos também, nesse grupo de trabalho, a representação da Agência Nacional de Energia Elétrica. Nós somos uma empresa privada dentro de um contrato de concessão, que tinha 30 anos de vigência e a gente tem a possibilidade de termos mais 30 anos de concessão.

Então, a nossa convivência aqui é bastante longa. A empresa fez 120 anos neste ano. Se nós pegarmos desde Light Company, sempre tivemos excelente relacionamento com todos os nossos clientes. Ao Sr. Rômulo, eu vou colocar aqui o meu celular, para o V.Exa. entrar em contato. Nós temos 29 lojas na Cidade. Nós temos um 0800 que recebe onze milhões de ligações. Então, não é crível que a gente não esteja à disposição de V.Exa. Estamos sim. Sempre estaremos. Só que, para a solução do problema, não basta a gente ter uma reivindicação e o interesse nosso na regularização; e as nossas exigências não são meras burocracias. Existe, por trás disso, toda uma regularização de engenharia elétrica, que os nossos técnicos não estão liberados para abrir mão.

Então, cumprido isso, nós teremos todo o interesse em orientá-los, de forma que não venha apenas a reivindicação, mas a reivindicação e as condições para que a gente possa efetivamente fazer essas ligações, que são integralmente do nosso interesse, integralmente do nosso interesse.

Frequentemente há uma comparação entre uma maior flexibilidade dos nossos colegas da Sabesp e uma maior dificuldade dos meus colegas na Enel. Isso também não existe, porque nós estamos de serviços diferentes. É raro a gente olhar, pegar no jornal e dizer que alguém morreu em função de problemas com água encanada, mas não é raro a gente pegar os jornais e ver que alguém morreu por um problema de energia elétrica. Energia elétrica é importantíssimo, mas, se for feito de forma não regular, mata, mata; e essa consciência nós temos e não podemos fragilizá-la.

Então, toda e qualquer exigência nossa nunca será para cumprir uma mera burocracia. Ela será sempre para poder dar segurança na qualidade da instalação, que, a partir do momento em que eu admito, passou a ser minha a responsabilidade: “Isso nós não faremos infelizmente. Não é por porque somos rigorosos. É porque a gente tem obrigação de cumprir a legislação”.

Agora, por favor, o nosso último recado é: “Contem com a nossa boa vontade, contem com a nossa experiência, para que essas regularizações sejam feitas com qualidade, de forma que cada um dos senhores, ao apertar o interruptor, não sinta medo, não sinta medo. Apenas olhe lá a luz acesa. Utilize para os seus aparelhos domésticos. A nossa tarefa de regularização normalmente é acompanhada por serviços da nossa área de sustentabilidade e da nossa área de comunicação social. Não basta ligar uma comunidade de baixa renda. Nós passamos para V.Exas. alguns conceitos importantes, como, por exemplo, o conceito de eficiência energética, a substituição de equipamentos elétricos e a substituição de lâmpadas. Tudo isso está dentro de um pacote que faz parte das nossas obrigações. Está escrito, numa regulamentação, que a gente tem o dever de fazer isso, e todos que pagam conta de energia pagam um pedaço dessa conta, assim como pagam o pedaço que hoje nós popularmente chamamos de gato. Então, quando se faz um gato, até um determinado nível de gato, não se está dando prejuízo nenhum para ele. Isso está na tarifa. Nós temos um dos menores níveis de gato no Brasil; mas, se formos ao Rio de Janeiro, isso já é 24%, ou seja, o seu vizinho, que tem a ligação regularizada, paga a conta que outro não paga, ou a comunidade, e assim por diante.

Então, a distribuição social disso existe, mas a regularização, para darmos qualidade, para darmos segurança e nos responsabilizarmos por essa qualidade, essa segurança, ela exige uma série de situações que a Enel não pode abrir mão. Então, estaremos presentes no grupo técnico. Nós aguardamos aí a convocação e teremos sempre a máxima boa vontade para transferir para o grupo a nossa experiência e o nosso desejo, de que essas comunidades possam, em breve, exercer completamente a sua cidadania em relação ao fornecimento, pelo menos, da energia elétrica.

Muito obrigado pela oportunidade, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Sr. Marcos. Se o senhor puder deixar o seu contato no *chat* da reunião.

O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO - Estou fazendo isso agora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Porque há casos que são particulares.

O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – As pessoas podem encaminhar diretamente ao senhor.

O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO - Ao Seu Rômulo principalmente. É ruim para mim, como representante da minha companhia, ouvir que um munícipe diz que não consegue falar conosco.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Sr. Marcello Xavier Veiga.

O SR. MARCELLO XAVIER VEIGA - A Sabesp fica à disposição para eventual criação do grupo, se V.Exas. acharem conveniente, em que pese também colocações aqui da Aneel. Existem também muitas reguladas, mas há algumas condições de negócio, mas, enfim, eu acho que a demanda colocada é bastante pertinente, e a Sabesp fica à disposição para criação do grupo, se assim V.Exas. acharem conveniente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra a Secretaria de Habitação.

A SRA. MANUELA ODALEA BORGES CAMILO – Tendo em vista as inúmeras manifestações legítimas, a gente sabe da prioridade e da sensibilidade do assunto tratado na audiência, eu posso dizer que a Sehab fica à disposição para fazer essas visitas juntamente com a Enel e com a Sabesp, com os nossos técnicos para verificar a possibilidade, ajudar no que for preciso diante dessa situação.

É claro que o maior desejo da secretaria é que todos tenham água e luz regulares e o que pudermos contribuir para que isso aconteça, podem ter certeza de que faremos como temos feito em outras áreas, como já tivemos muitas na zona Sul, na Leste, em alguns prédios.

Por isso ficamos à disposição, declaro o nosso desejo em ajudá-los, tendo em vista essa problemática, ainda mais no momento em que estamos vivendo e me comprometo, mesmo na pandemia, se for possível, a fazer essa visita. Acompanhamos as concessionárias para verificarmos a possibilidade e ajudar no que for preciso.

Agradecemos a oportunidade de participar e ficamos sempre à disposição para qualquer dúvida ou ajuda que for possível.

Boa tarde a todos os envolvidos, aos que se manifestaram e agradeço muito, a secretaria como um todo agradece. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, doutora. Com a palavra o Dr. Allan, da Defensoria.

O SR. ALLAN RAMALHO – Quero agradecer também pela defensoria e gostaria de sugerir para a Sehab que, para além das visitas, possa articular esse GT, essa reunião. Sugiro que os representantes da Enel e da Sabesp deixem seus contatos, a Defensoria Pública também vai deixar e se a Sehab também quiser deixar, poderemos chamar essa reunião. Segue também o encaminhamento de continuidade do diálogo, é importante não haver uma ruptura nesse diálogo. A audiência pública cumpre essa finalidade de articular os agentes e os atores, mas, passada a audiência pública, ouvidas as manifestações e contribuições, precisamos de um encaminhamento mais concreto. Sugiro montar o comitê ou, pelo menos, indicar alguns nomes e combinar como poderíamos reunir esses atores e essas atrizes nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Dr. Allan. O que o Dr. Allan propõe é que sejamos mais efetivos, no sentido de já constituirmos um pré-grupo de trabalho para marcarmos uma primeira reunião, que deixem os contatos. É muito importante a participação da Secretaria de Habitação.

Apenas quero dizer um ponto que me incomoda um pouco, nos marcos regulatórios que temos hoje, teremos as mesmas respostas, só que estamos numa situação absolutamente excepcional e essa situação excepcional, em muitos momentos, serve para flexibilizar regras do Poder Público, por exemplo, na emergência, não é preciso fazer licitação, pode-se contratar por emergência na saúde, na assistência social. Bom, é uma situação de emergência. Nós vivemos uma situação de emergência para essas famílias no quadro da pandemia, por isso precisamos ter um olhar que não seja o mesmo de sempre, senão iremos fazer um grupo para dizer que “não pode”. Se formos montar um grupo para dizer que “não pode”, é melhor não fazer. Tem que haver um esforço de avançar, de poder encontrar caminhos para superarmos essa situação.

Estamos à disposição, os contatos estão aí, a Secretaria de Habitação tem um papel fundamental e as concessionárias, evidente que elas são reguladas, mas no que esbarrar em regulamentação federal ou estadual, nós vamos atrás dos responsáveis para estabelecer esse diálogo. Acho que não podemos encarar a situação como estática, temos que trabalhar para que ela se modifique. Nesse sentido queremos reforçar a necessidade desse GT.

Pergunto ao Vereador Suplicy se quer fazer uma última consideração, já que ele é o proponente de verdade desta audiência pública. Eu fui apenas o portador do convite na Comissão de Política Urbana.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Querido Vereador Antonio Donato, considero que presidiu esta audiência pública de maneira exemplar e quero cumprimentar todos os representantes de todos os segmentos, setores sejam da Secretaria de Habitação, da Prefeitura, mas também da Sabesp, da Enel e os defensores públicos, porque todos se abriram para a possibilidade de e esta audiência se conclui com a possibilidade de eles se contatarem para as situações, inclusive de emergência, de tensão que aconteceram nessas últimas semanas. E quando o nosso advogado Flávio Campos expressou que seria bom evitar toda consequência quando um homem ou mulher é detido, vai para a delegacia, para o distrito

policial como se tivesse cometido uma ação criminosa, quando na verdade é algo que, se tivesse já ocorrido esse diálogo preventivo, teríamos evitado.

Agradeço a participação de todos, cumprimento-os e avalio que esta audiência foi muito positiva. Meus parabéns ao Donato e a todos que participaram.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vereador Suplicy. O Vereador André Santos quer fazer uso da palavra.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Obrigado, Presidente. Quero agradecer a presença do Dr. Marcos, da Enel; do Dr. Marcello, da Sabesp; do Dr. Allan, da Defensoria Pública; da Dra. Manuela e do Sr. João Carlos, da Sehab; de todos os líderes de movimentos sociais; dos Vereadores Donato, que está presidindo; Suplicy, o proponente desta audiência pública; Ely Teruel; Sansão Pereira e Silvia.

Quero deixar muito claro, foi muito observado aqui a disposição dos líderes dos movimentos sociais em colaborar para que tudo esteja regularizado, nas mais perfeitas condições e, como bem disse o Vereador Donato, tem que haver boa vontade daqueles que têm o poder da caneta na mão de poder ajudar. Estamos vivendo uma época em que a população está enfrentando dias tão difíceis e quanto menos problemas tivermos, ou seja, quanto mais problemas tirarmos do caminho melhor é.

Por isso quero parabenizar a comissão por esta audiência pública e vamos à luta, porque sem ela não há vitória.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vereador André. O debate será continuado no grupo de trabalho. Existe um apelo para que haja uma representação do Conselho Municipal de Habitação, que acho absolutamente justa e vamos trabalhar para constituir o grupo.

Boa tarde a todos, cuidem-se porque precisamos de todos vocês na luta. Um grande abraço.

Está encerrada a audiência pública.